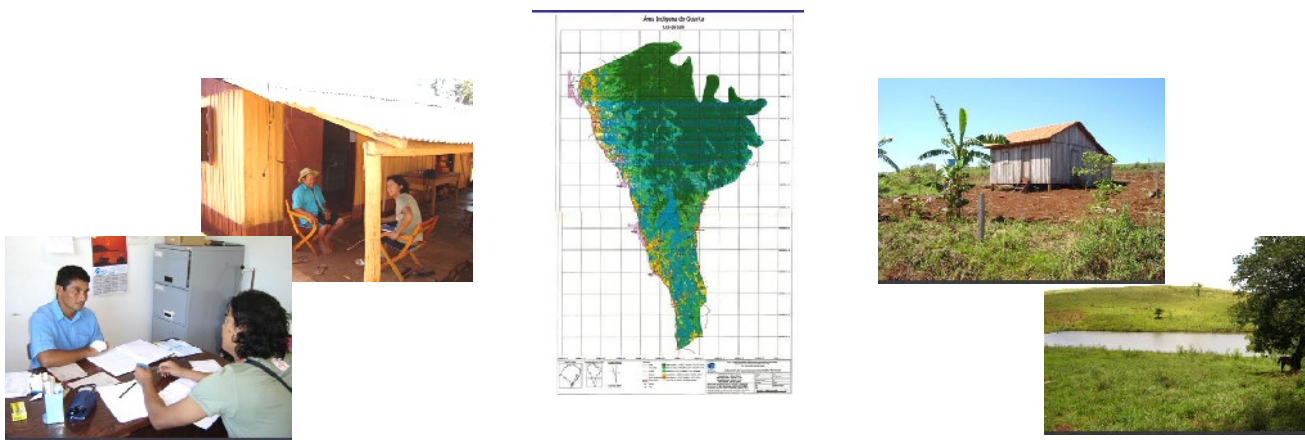


## JOSÉ URUBATAN SOMPRÉ



### **POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE: PROJETO RS RURAL NA TERRA INDIGENA GUARITA – SETOR TRÊS SOITAS**



Ijuí, Março de 2007

**JOSÉ URUBATAN SOMPRÉ**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE:  
PROJETO RS RURAL NA TERRA INDÍGENA GUARITA  
– SETOR TRÊS SOITAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como um dos requisitos para a obtenção do título de Engenheiro Agrônomo. Curso de Agronomia - Departamento de Estudos Agrários da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

**ORIENTADOR: JAIME WÜNSCH  
CO-ORIENTADOR: JOSÉ M. P. BALLIVIÁN.**

Ijuí  
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil  
Março - 2007

**TERMO DE APROVAÇÃO**

JOSÉ URUBATAN SOMPRÉ

**POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE:  
PROJETO RS RURAL NA TERRA INDÍGENA GUARITA  
– SETOR TRÊS SOITAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Graduação em Agronomia –Departamento de Estudos Agrários – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, aprovação pela banca abaixo subscrita.

Ijuí, 06 de março de 2007

.....  
José Eduardo Gubert

.....  
Osório Antônio Lucchese

.....  
Roberto Carbonera

*Dedicatória*

*Dedico esta conquista a meu filho Miguel, que, em seu “pequeno universo”, me ensina uma nova lição a cada dia.*

## *Agradecimentos*

*Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a vida, e por sempre ter me dado forças para superar as dificuldades, mas agradeço principalmente pela alegria de viver.*

*Aos meus pais, que me ensinaram que apesar das adversidades da vida, podemos nos manter íntegros, sem corromper nossos corações, e a realizar nossos sonhos.*

*Aos meus irmãos, que mesmo distantes sempre estiveram presentes em meus pensamentos, e que sempre me dão forças para lutar.*

*À minha namorada, Karin, que em nenhum momento deixou de acreditar em mim, sempre companheira e amiga, em todos os momentos.*

*Ao meu sogro Luís e a minha sogra Marlene, por tudo que fizeram por mim.*

*Ao meu Orientador, JaimeWünsch por me indicar o caminho a ser seguido.*

*Ao meu Co- Orientador “Manolo”COMIN pela força e ânimo, nunca deixando de acreditar que um mundo melhor é possível.*

*A todos os professores do curso de Agronomia da UNIJUÍ, por fazerem parte deste processo de construção, nos preparando para novos desafios.*

*Aos professores dos demais cursos, em especial a Dulci Matte e Dinarte Belatto pelo apoio.*

*A todos os meus amigos, em especial a; Leda, Luciano, João Paulo e Zico, por terem “compartilhado a fartura e sendo solidários na fome”, desejo à vocês toda a felicidade do mundo.*

*A todos aqueles que de uma forma direta ou indiretamente contribuíram para que esta etapa fosse vencida, meu muito obrigado.*

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal analisar as políticas públicas, neste caso, o Programa RS-Rural em comunidades tradicionais, e mais especificamente, na Terra Indígena Guarita, setor Três Soitas. A análise é realizada dentro de certos parâmetros ou condições de sustentabilidade propostos para este trabalho. Para alcançar este objetivo, foram realizadas atividades de coleta de dados baseados em análise documental, levantamento de informação sobre o programa RS-Rural, visita *in-loco* e aplicação de entrevistas aos diferentes atores envolvidos no projeto como: técnicos do projeto, lideranças e membros da comunidade indígena beneficiados pelo programa. A pesquisa realizada caracteriza-se como qualitativa com aplicação de um questionário semi-estruturado. O estudo mostra a importância de incluir e valorizar as percepções dos vários atores envolvidos no projeto permitindo assim uma análise que nos oriente melhor na compreensão de certas especificidades relativas a determinada etnia. Assim mesmo, abre possibilidades para a construção de outros parâmetros ou condicionantes de sustentabilidade que ajudem, de alguma forma, na formulação de políticas públicas mais específicas e adequadas para comunidades indígenas como é a kaingang.

Palavras-chave: políticas públicas, sustentabilidade, indígenas, kaingang

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IRDeR – Instituto Regional de Desenvolvimento Rural

RS-RURAL – Programa de manejo de recursos naturais e de combate à pobreza. Projetos Integrados para Públicos Especiais: Comunidades Indígenas, de Pescadores Profissionais, Artesanais e Remanescentes de Quilombos

UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

## **LISTA DE FIGURAS**

Quadro 1: Critérios de Elegibilidade Gerais para Índios .....	21
Quadro 2: As cinco dimensões do Desenvolvimento Sustentável.....	32



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVOS.....	12
2.1 Objetivo Geral.....	12
2.2 Objetivos específicos.....	12
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3.1 Políticas Públicas e Povos Indígenas.....	13
3.2 Desenvolvimento e Sustentabilidade.....	15
3.3 Etnodesenvolvimento .....	18
3.4 Programa RS – Rural.....	19
3.5 O projeto na T. I. Guarita e a FIDENE com parceira.....	21
3.6 Aspectos sobre a cultura Kaingang.....	22
3.7 A Terra Indígena Guarita.....	25
4. METODOLOGIA.....	28
4.1 Classificação da pesquisa.....	28
4.2 Local do estudo.....	29
4.3 Sujeitos de estudo.....	30
4.4 Coleta de dados.....	30
4.5 Proposição de condições de sustentabilidade.....	31
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXOS.....	48
I. Mapas de localização.....	49
II. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	51
III. Questionário semi-estruturado.....	52
IV. Práticas e Itens de Projetos Implantados 2001 – 2002 .....	53

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o povo indígena kaingang vem sofrendo grandes modificações em sua cultura, provocados pelo choque cultural com o colonizador, pois antes do contato este povo produzia as soluções para os seus limites existenciais.

O confronto promovido por este contato ocasionou uma desestabilização desta cultura, já que o kaingang passou a ter que sobreviver em áreas restritas, devido a drástica redução de suas terras, tendo que submeter-se a expropriação de suas riquezas, a exploração do seu trabalho e principalmente a imposição de uma nova cultura.

O contato com o colonizador trouxe novas concepções, novos costumes, que remetiam a novas práticas, como a substituição de sua língua, proibida ou desestimulada, visando uma rápida integração à comunidade nacional. Tal integração ignorou totalmente a organização social e política do povo kaingang, bem como as formas tradicionais de produção.

A constituição Federal de 1988 estabeleceu um novo ordenamento jurídico no Brasil, reconhecendo a sociedade brasileira como sendo pluriétnica e multicultural. Desde então, tornou-se necessário fazer as políticas públicas se direcionar pelo respeito e pelo atendimento aos direitos diferenciados.

O multiculturalismo e a pluriétnia estabelecidos pelo Estado brasileiro acarreta o dever do Estado de prestar políticas públicas adequadas à diversidade cultural. Em outras palavras, os direitos sociais acabam se modelando às práticas culturais das diversas etnias, de forma heterogênia, apropriados para atender as demandas da coletividade, ao mesmo tempo em que respeitam a multiplicidade de identidades culturais, tanto no plano individual quanto coletivo.

O Estado do RS vem tomando muitas iniciativas nos últimos anos, como exemplifica o projeto RS Rural específico para os indígenas, a fim de assegurar os direitos do povo Kaingang, sob forma de promover o desenvolvimento sustentável, principalmente no que diz respeito à segurança alimentar.

O presente trabalho visa analisar políticas públicas em comunidades tradicionais dentro de certos parâmetros de sustentabilidade, bem como sugere algumas condições (ou princípios) de sustentabilidade adequados para a etnia kaingang, ao mesmo tempo, em que avalia os princípios (ou condições) de sustentabilidade propostos, junto às famílias beneficiadas, lideranças indígenas e técnico do projeto, dentro das ações do programa RS – Rural em sua primeira fase (2000-2002), no setor Três Soitas, da Terra Indígena Guarita.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar políticas públicas em comunidades tradicionais dentro de certos parâmetros de sustentabilidade.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Propor algumas condições (ou princípios) de sustentabilidade adequados para a etnia kaingang;
- Avaliar os princípios (ou condições) de sustentabilidade propostos, junto às famílias beneficiadas, liderança indígena e técnico do projeto, dentro das ações do programa RS – Rural em sua primeira fase (2000-2002), no setor Três Soitas da Terra Indígena Guarita.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E POVOS INDÍGENAS

As últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Esse ressurgimento deve-se, em grande parte, às restrições financeiras e políticas que estão sendo impostas aos governos, gerando demandas pela elaboração de políticas públicas eficientes e efetivas. (SOUZA, 2001).

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA. Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública<sup>1</sup>. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.<sup>2</sup> A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

---

<sup>1</sup> Este trabalho serviu de base para palestra em 06/10/05 no Ciclo de Debates da Política Estadual de Habitação de Interesse Social promovido pela Sedur.

<sup>2</sup> Há mais de 40 anos atrás, Bachrach e Baratz (1962) mostraram que não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública.

No que se refere a políticas para indígenas no Brasil, BARROS (2003), nos lembra que “no período colonial brasileiro, não havia política em favor dos índios. Pelo contrário, os índios aprisionados nos sertões eram esbulhados de suas terras e levados ao litoral para serem escravizados.”

Com o advento da República e a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), estabeleceram-se princípios que deveriam nortear a prevenção da violência contra os índios, o respeito à instituição e aos valores indígenas, bem como a garantia de posse das terras. Transformaram-se tais princípios em política indigenista de proteção, executada pelo Estado de forma leiga e paternalista.

Como se percebe, essas políticas eram influenciadas por uma ideologia fortemente etnocêntrica e respaldada em idéias evolucionistas sobre a humanidade. Seu desenvolvimento deu-se por estágios. Considerava-se que as sociedades indígenas precisavam evoluir rapidamente até serem integradas à sociedade. Obviamente a SPI fracassou em sua missão. (BARROS, 2003. P.13).

Em substituição ao SPI, instituiu-se, pela Lei nº 5.371/67, a Fundação Nacional do Índio (Funai). Em 19 de dezembro de 1973, sancionou-se o Estatuto do Índio. Tais institutos reconheciam a diversidade cultural, mas mantinham o ideal de incorporar rapidamente os índios à comunidade nacional, verificável nas constituições de 1934, 1946 e 1969.

A constituição Federal de 1988 estabeleceu um novo ordenamento jurídico no Brasil, reconhecendo a sociedade brasileira como sendo pluriétnica e multicultural. Desde então, tornou-se necessário fazer as políticas públicas se direcionarem pelo respeito e pelo atendimento aos direitos diferenciados.(SOUZA, 2002).

Em relação às fontes de financiamento e as demandas indígenas LIMA e HOFFMANN (2002, p.28), mostram que:

...é necessária uma ação concertada entre as fontes de financiamento em seus variados perfis e as demandas indígenas reais: fornecer recursos para que as sociedades indígenas cumpram os destinos desejados pelos países doadores é a marca mais segura da (ir)racionalidade que permite a auto-reprodução do desenvolvimentismo sob novas roupagens.

Ou, em outras palavras, como será que índios e doadores compreendem uns as intenções dos outros, quando se encontram na floresta de projetos e parcerias que vêm florescendo desde o fim dos anos 80?

A questão do que índios, indigenistas e doadores pensam ser os interesses uns dos outros chama a atenção para um imenso campo potencial de investigação antropológica, o qual, permanece praticamente intocado pela literatura. Um conceito que precisaria ser examinado em uma tal investigação, também central para as discussões das políticas nessa área, é o de "sustentabilidade".( LIMA e HOFFMANN, 2002).

O multiculturalismo e a plurietnia estabelecidos pelo Estado brasileiro acarreta o dever do Estado de prestar políticas públicas adequadas à diversidade cultural. Em outras palavras, os direitos sociais acabam se modelando às práticas culturais das diversas etnias, de forma heterogênia, apropriados para atender as demandas da coletividade, ao mesmo tempo em que respeitam a multiplicidade de identidades culturais, tanto no plano individual quanto coletivo.

### 3.2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Segundo Branderburg (1998), “Desenvolvimento” sempre constituiu tema importante de discussão, principalmente para a economia, e, nesse sentido, traz a idéia implícita de que as dimensões sociais, políticas, culturais ou antropológicas são conseqüências do desenvolvimento econômico ou determinadas por ele. Além disso, as avaliações de progresso, realizadas principalmente através de indicadores do tipo “facilmente mensuráveis” (PIB, renda per capita), sempre fizeram com que se relacionasse desenvolvimento a crescimento econômico.

Colaborando nessa reflexão Montibeller-Filho (2001), diz que o antropocentrismo e o cálculo econômico levam o resultado social da *fetichização* da taxa de crescimento econômico: elevação desta taxa sendo tomada pelo que efetivamente não é, ou seja, como equivalente à melhoria das condições de vida da sociedade. Em função disto tem-se o culto ao crescimento da produção – quantificada no conceito de produto interno bruto (PIB) que representa o valor da produção obtida ao longo do ano - mesmo que para isto degrade o meio ambiente, que comprometa as possibilidades de produção futuras.

Habermas<sup>3</sup>, *apud* Branderburg (1998, p.195) diz que;

Ao promover o esvaziamento do campo e a modernização da indústria de consumo, acaba abrindo novas fissuras sociais. Além da exclusão, a homogeneização provocada pela massificação cultural, acaba por destruir culturas locais e étnicas provocando uma crise de identidade social. Essa crise leva vários grupos sociais, principalmente os de origem rural, a uma perda de sentido à medida que se destroem as formas de vida tradicional sem conservar sua substância comunicativa.

Nesta direção, o desafio que se apresenta para o início deste novo século consiste em mudar o curso da civilização através de uma inversão de prioridades nas políticas de ação, ou seja ao invés de ações excludentes, introduzir medidas que beneficiem a grande maioria da população e venham restabelecer o equilíbrio ecológico.

Segundo BUARQUE (1993), “a economia, base racional das transformações do século XX deverá ser revista na forma como intervém no mundo para subordinar-se a ética que deverá orientar um novo processo civilizatório”.

Tendo em conta esses pontos críticos fundamentais, construiu-se um novo padrão de desenvolvimento. Inicialmente denominado de ecodesenvolvimento, mais tarde, com algumas diferenças, sendo substituído, no movimento ambientalista, por desenvolvimento sustentável.

A palavra sustentável, originária do latim *sus-tenere*, é usada em inglês desde 1290. Mas é a partir de meados dos anos 80 que o termo sustentável passa a ser empregado com maior frequência, assumindo também dimensões econômicas e sócio-ambientais. Desde então, multiplicaram-se as definições e as explicações sobre o desenvolvimento e a agricultura sustentável.

É a partir do início da década de oitenta que aparece pela primeira vez em um documento de grande alcance, a *Estratégia Mundial de conservação*<sup>4</sup>, a idéia de sustentabilidade ou de sua variantes como crescimento sustentável e desenvolvimento

---

<sup>3</sup> HABERMAS, J. teoria da acción comunicativa: crítica da la razón funcionalista. Madrid: Tauros, 1988. Tomo II.

<sup>4</sup> *World Conservation Strategy*, IUCN/UNEP/WWF, 1980.



sustentável, percebida em diferentes contextos econômico-sociais e de meio ambiente, torna-se comum em todo o mundo.

Todavia, esta idéia não é nova, na realidade, segundo Kitamura (1994), ela é derivada da área biológica, especialmente dos recursos pesqueiros e florestais onde o termo rendimento sustentável era de uso comum há décadas, significando o manejo desses recursos para a obtenção de uma produção máxima e contínua, e de forma consistente com a manutenção de um estoque desses recursos renováveis.

Numa definição mais rigorosa, a sustentabilidade é a capacidade de um ecossistema manter constante o seu estado no tempo, ou seja, o volume, taxas de mudanças e fluxos invariáveis ou flutuando em torno de uma média. Na natureza, a sustentabilidade é alcançada de forma espontânea quando um ecossistema alcança o estado maduro (ou de clímax).(CEPAL/PNUMA,1990).

Vários autores têm contribuído para construir e divulgar o conceito de desenvolvimento sustentável. Todavia, sem dúvida, foi com a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD que esse torna-se de uso corrente. Para a CMMAD (1988), o desenvolvimento sustentável é o “*desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em satisfazer as suas necessidades*”.

Segundo Montibiller-Filho (2001), a sustentabilidade, definida como a busca da eficácia econômica, social e ambiental objetivando atender às necessidades e anseios da população atual (compromisso sincrônico), sem desconsiderar os das gerações futuras (visão diacrônica), é um conceito bastante amplo e vago. Sendo assim, é apropriado de diferentes maneiras por esferas sociais de interesses.

Neste sentido Porter e Brown<sup>5</sup>, *apud* Montibeller-Filho (2001, p.39), complementa:

Na prática, todavia, ocorre que, no plano internacional, apesar da retórica de cooperação e desenvolvimento sustentável, cada país argumenta a cerca de sua soberania e busca garantir politicamente a maior vantagem na exploração dos recursos naturais e na utilização dos serviços sociais de outros países.

---

<sup>5</sup> PORTER,G.; BROWN,J.W.Global environmental politics. Colorado (USA): Westview Press, 1991.207p.

Desse modo, pensar uma saída para a crise atual invertendo a lógica do sistema é pensar na busca de uma solução para uma crise de dupla natureza – a social e a ecológica – que redonda na crise socioambiental do sistema capitalista.

A sustentabilidade na agricultura só pode ser atingida uma vez obtido o equilíbrio no ecossistema, entendido no sentido mais amplo que apenas o biológico. Não se constrói uma sociedade sustentável sem levar em conta a sustentabilidade social dos diversos grupos. Não se faz desenvolvimento sustentável sem se construir uma sociedade sustentável. (BRANDERBURG, 1998).

Assim, o desenvolvimento sustentável tem como centro a busca da sobrevivência do homem a longo prazo. Há praticamente um consenso entre os diversos autores de que o objetivo final sempre é o homem, não fazendo sentido a sustentabilidade da biosfera sem a presença desse.

### 3.3 ETNODESENVOLVIMENTO

Antes de falar de etnodesenvolvimento, uma palavra sobre a qualificação “etno” dada ao desenvolvimento. Segundo Stavenhagen(1984), propositor do conceito, etnodesenvolvimento seria o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. Nessa concepção desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de “progresso” no sentido usual do termo: PIB, renda *per capita*, etc. Na definição de Stavenhagen, o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas terras, seus recursos, sua organização e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado e o estabelecimento de relações segundo seus interesses.

Segundo o mesmo autor, em termos gerais, os princípios básicos para o etnodesenvolvimento seriam:

Objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter uma relação equilibrada com o meio ambiente; visar auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, (com) atividades mais participativas. (STAVENHAGEN, 1984. P.57).

Entre diversos autores que discorrem sobre o termo etnodesenvolvimento, Iara Ferraz é uma das que define mais claramente a questão do etnodesenvolvimento no contexto das sociedades indígenas brasileiras: “E o desafio permanente consiste em se reproduzirem como sociedades etnicamente diferenciadas e lidar, ao mesmo tempo, com condições materiais de existência cada vez mais adversas e multifacetadas” (FERRAZ, 1997).

### 3.4 PROGRAMA RS – RURAL

As informações sobre o Programa RS RURAL, apresentadas a seguir foram extraídas do Manual Operativo – Volume III, que apresenta os procedimentos básicos para elaboração de projetos integrados pertencentes aos povos indígenas no âmbito do Programa de Combate à Pobreza e à Degradação dos Recursos naturais e informações obtidas junto ao Site do Programa RS RURAL<sup>6</sup>

O Programa RS Rural é fruto de acordo de empréstimo do Estado do Rio Grande do Sul com o Banco Mundial – BIRD e tem como objetivo combater a pobreza, a degradação dos recursos naturais e o êxodo da população rural do Estado do Rio Grande do Sul, melhorando sua qualidade de vida e sua capacidade produtiva. Promover ações integradas de infraestrutura familiar e comunitária, geração de renda e de manejo e conservação dos recursos naturais.

Os projetos têm ações diferenciadas, mas são desenvolvidos a partir de uma estratégia comum, cuja unidade de planejamento é a microbacia hidrográfica. O Programa apóia projetos que integrem ações de Infra-Estrutura, Geração de Renda e Manejo de Recursos Naturais, com vistas ao desenvolvimento sustentável dos diferentes tipos de comunidades. As ações de Combate à Pobreza visam melhorar as condições de vida dos beneficiários, através de investimentos em:

- a. *Infra-estrutura social familiar e comunitária como melhorias ou construção de habitações e centros comunitários, abastecimento de água, ações para saneamento básico, dentre outras demandadas pelos beneficiários.*

---

<sup>6</sup> < <http://www.agricultura.rs.gov.br/rsrural/publicos/indios.html> > [acesso em 08/04/2002]

- b. *Atividades geradoras de renda, aumentando a eficiência das atividades já desenvolvidas e estimulando o desenvolvimento de novas atividades agrícolas ou não-agrícolas, como a instalação de agroindústrias, aquisição de implementos, animais de tração, equipamentos para comercialização, produção artesanal, dentre outras*

As ações de Manejo e Conservação de Recursos Naturais visam reverter o quadro da degradação ambiental e aumentar a capacidade produtiva nas áreas de atuação do Programa, através de planos de manejo, incluindo múltiplos investimentos, tais como:

- a. *Conservação dos solos e águas - visa recuperar e conservar a produtividade dos solos e a qualidade das águas, diminuindo a erosão a um ponto em que os processos de formação de solo superem as perdas. Inclui adequação de estradas de forma a disciplinar o escoamento das águas.*
- b. *Controle da contaminação por agrotóxicos - visa diminuir o uso de agrotóxicos com práticas que passam pelo destino correto das embalagens, até a conversão para sistemas de produção que utilizem o mínimo de insumos externos ao ambiente natural.*
- c. *Reflorestamento Ambiental - objetiva viabilizar a recuperação da vegetação nativa ou estabilizar encostas inadequadamente submetidas ao cultivo anual intensivo, através de projetos de manejo em áreas consideradas apropriadas, podendo-se prever exploração futura.*
- d. *Biodiversidade – recuperar a vegetação nativa (matas, banhados e outras), exclusivamente em áreas legalmente definidas como de preservação permanente, através do isolamento e do estímulo à regeneração natural.*
- e. *Estradas – readequar e manter as estradas rurais em ações complementares à conservação do solo e da água nas microbacias hidrográficas.*

Para serem beneficiários do RS Rural, os grupos devem enquadrar-se nos critérios de elegibilidade que variam conforme a ação a ser financiada.

O Programa RS Rural funciona “por demanda”, o que significa que dentre as ações financiadas, o grupo de famílias de agricultor/assentado/pescador/índio solicita o que deseja, desde que esteja de acordo com as regras do Programa descritas no Manual Operativo.

**Quadro 1: Critérios de Elegibilidade Gerais para Índios**

<b>CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE GERAIS PARA ÍNDIOS</b>				
<b>Ação</b>	<b>Bens de luxo</b>	<b>Mão-de-Obra</b>	<b>Sistema de Tração</b>	<b>Residência</b>
Infra-Estrutura social básica	Não possuir	Familiar	Manual, animal ou uso eventual de mecanizado coletivo	Àrea , acampamento indígena ou famílias reconhecidas pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas
Geração de Renda Com Retorno				
Geração de Renda Sem Retorno				
Manejo de Recursos Naturais				

FONTE: SAA/RS

### 3.5 O PROJETO NA RESERVA INDÍGENA GUARITA E A FIDENE COMO PARCEIRA

A Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – FIDENE - e suas mantidas possuem uma ampla e diversificada gama de experiências acumuladas em seu processo histórico de atuação na organização comunitárias de comunidades urbanas e rurais. As comunidades indígenas por serem um grupo social desprovido de recursos financeiros para implementar processos de desenvolvimento autônomos e sustentáveis e em virtude de seu processo histórico de extermínio e paternalismo

promovido por políticas públicas equivocadas, são grupos prioritários de atuação, MAI (2002).

Desta forma, a FIDENE através de suas mantidas, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-UNIJUÍ, em particular o Instituto de Desenvolvimento Rural- IRDeR<sup>7</sup>, atuam desde o ano de 2000, em parceria com o Governo do Estado (SAA/RS) através do Programa RS RURAL<sup>8</sup>- Desenvolvimento Rural Sustentável -, desenvolvendo ações que contribuam em romper com o ciclo de exclusão e dependência a que estão submetidas as populações indígenas.

O programa RS RURAL – Desenvolvimento Sustentável, propõem-se a desenvolver ações que visam o combata a pobreza, degradação dos recursos naturais e a melhoria da capacidade produtiva das comunidades indígenas Kaingang, através da promoção de ações integradas de infra-estrutura familiar e comunitária – IESB, geração de renda – GR e manejo e conservação dos recursos naturais – MRN.

Os projetos elaborados para os oito setores Kaingang da Área Indígena da Guarita, contemplam os componentes de manejo e conservação dos recursos naturais (MRN), geração de renda (GR) e infra-estrutura social básica (IESB), conforme orientações do Manual Operativo do Programa RS RURAL<sup>9</sup>. Todas as ações previstas em cada um dos componentes foram previamente discutidas com a comunidade durante os Seminários Locais por Área - SLA e contempladas no projeto após a chegada de um consenso.

### 3.6 ASPECTOS SOBRE A CULTURA KAINGANG

Os Kaingang, que no Rio Grande do Sul habitam tradicionalmente a região de Planalto, Encosta da Serra e Litoral Norte, a área florestada do alto rio Uruguai, tendo como limites para o oeste o rio Piratini, para o leste as nascentes do rio Uruguai (rio Pelotas) e ao sul a Bacia do Caí. São falantes de uma língua Jê e descendem dos Proto-Jê, que tiveram seu

---

<sup>7</sup> Mantida da FIDENE, desativada em 2006, por ocasião da reestruturação da instituição.

<sup>8</sup> Programa de manejo de Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural. Projetos Integrados para Públicos Especiais: Comunidades Indígenas, de Pescadores Profissionais, Artesanais e Remanescentes de Quilombos.

<sup>9</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (RS). *Manual Operativo – Volume III: Procedimentos para Elaboração de Projetos Integrados para Grupos Pertencentes aos Povos Indígenas*. Porto Alegre, maio. 2000.

centro de dispersão no Brasil Central, mais exatamente junto dos rios S.Francisco e Tocantins, de onde migraram há 3 mil anos(BECKER, 1975).

Segundo Matte (2005), presentemente os Kaingang no Rio Grande do Sul ocupam áreas reservadas oficiais, áreas por reconhecer e demarcar, acampamentos em áreas rurais e em espaços urbanos constituindo-se em uma população tradicional que de acordo com dados de órgãos oficiais varia entre menos de 20.000 (FUNAI), mais de 20.000 (FUNASA) e mais de 30.000 pessoas (IBGE).

Ao nos referirmos aos Kaingang como população tradicional, fica explícita a sua condição de povo que transmite a sua cultura e modo de vida, através da oralidade e das práticas cotidianas. Os Kaingang contemporâneos constituem-se a partir da sua tradição milenar em contato permanente com a cultura cristã ocidental há pouco mais de cento e cinquenta anos. A sua visão de mundo tradicional pode ser caracterizada como holística, ou seja, uma visão em que tudo está interrelacionado: o mundo humano, sobre-humano e natural em permanente interação (VEIGA, 1994), não havendo propriamente a distinção que a cultura ocidental faz destas três dimensões. Podemos afirmar que na sua concepção o humano e o não-humano estão em uma interação tal que os espíritos habitam tanto o corpo dos humanos, quanto das plantas e dos animais. As pessoas podem encontrar-se, conversar e relacionar-se com os espíritos de animais. Os humanos em sonhos freqüentam o mundo dos mortos e fazem contato com os espíritos. Os animais ensinaram aos humanos importantes manifestações culturais, Borba<sup>10</sup> apud Veiga (1994, p.153).

A cosmovisão Kaingang tradicional é dualista, ou seja o mundo é compreendido como constituído por elementos opostos que se complementam. Esta dualidade é critério de classificação de todos os seres servindo também para organização da sociedade Kaingang. A partir desta concepção estabelecem-se regras para os casamentos, para o lugar social das pessoas, para as funções e todas as atividades sociais, como rituais religiosos, trabalho, guerra, jogos e comportamentos no cotidiano. As características e qualidades pessoais como ágil, corajoso ou calmo e persistente e outras, também são estabelecidas pela concepção dual. Também os animais e as plantas são classificados como pertencentes a uma das metades, tendo características de redondo ou riscado. Somente a terra, o céu, a água e o fogo não foram marcados pelos pais fundadores, portanto não estão classificados (NIMUENDAJÚ,1994. p.59).

---

<sup>10</sup> BORBA, T. *Actualidades indígenas*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

Vamos nos referir a mais alguns aspectos da cosmovisão Kaingang na intenção de evidenciar a sua diversidade com relação à visão de mundo ocidental moderna: o tempo para os Kaingang é circular. O movimento de vida - morte - renascimento, cumprido pelos heróis míticos faz com que os tempos *vãsy* (tempos mitológicos), *gufã* (tempos antigo) e *üri* (hoje), andem em círculos. O tempo é reversível pelo ato cosmogônico: vida - morte - renascimento. Os espíritos das pessoas comuns que vivem e morrem no mundo dos vivos, precisam ir para o *numbê*, o mundo dos mortos, para lá morrer e poder renascer novamente, em matéria e espírito, no mundo dos vivos, para cumprir um novo ciclo. (ROSA,1998).

Segundo Rosa (1998), a lua no pensamento Kaingang também expressa o caráter circular do tempo: nascimento – morte – renascimento, indica a rítmica agrícola, o ciclo das estações. É instrumento de mensuração, medida de tempo, símbolo da repetição temporal, de nascer – crescer – decrescer – desaparecer e voltar a crescer. Ao remeter à idéia de recriação, a noção de tempo lunar indica o processo circular do eterno devir que pode ser aplicado à realidade como um todo.

Outro aspecto importante no que se refere à noção de tempo dos Kaingang conforme Rosa (1998, p.155 ) é com relação à idéia de passado e futuro:

Apesar dos discursos Kaingang proferirem grande encantamento pelo futuro (...) a memória desta sociedade Jê não está a serviço de um destino, mas de uma origem; não de um futuro, mas de um passado. Nos momentos de recrudescimento da luta, o empenho das narrativas, dos discursos políticos proferidos pelos seus especialistas é empregado para manter os Kaingang amarrados, no eixo do tempo, ao seu momento inicial.

Limitamo-nos apenas a estes aspectos da cultura tradicional Kaingang, na intenção de demonstrar sua diversidade, ora que ao interagir com estas comunidades sejam consideradas suas especificidades culturais, que mesmo após cento e cinquenta anos de contato com a cultura cristã ocidental devem compor a sua visão de mundo, isto porque a cultura, na concepção de GEERTZ (1989) “é um sistema de significados, que se recriam permanentemente, na comunicação e na ação, fazendo rearranjos e combinações de



significados”. Da mesma forma, a tradição também se recria acrescentando novos elementos de acordo com as novas experiências relações que uma comunidade estabelece.

Portanto, vamos encontrar contemporaneamente comunidades Kaingang, como é o caso da comunidade de Guarita, com uma tradição milenar em contato relativamente recente com uma cultura diversa, que em muitas situações lhe foi imposta através da catequese cristã, das políticas oficiais de extermínio, de proteção, de tutela, de integração desenvolvimentista e mais recentemente de garantias à cidadania indígena conforme a Constituição Federal de 1988, art. 231. Uma cultura que realizou rearranjos, combinou elementos, recriou-se de acordo com as relações estabelecidas, as imposições e necessidades históricas e que hoje precisa ser reconhecida e respeitada em suas especificidades para um diálogo inter-cultural respeitoso, de aceitação e cooperação, de parte de instituições apoiadoras, órgãos oficiais, pesquisadores e estudiosos na perspectiva de sua autonomia e sustentabilidade (Matte, 2005).

### 3.7 A TERRA INDÍGENA GUARITA

Com relação à localização do aldeamento de Guarita, esta situava-se entre dois arroios à margem esquerda do rio Irapuá, afluente da margem esquerda do rio Guarita, no atual município de Tenente Portela. Conforme o mapa do Estado do Rio Grande do Sul de 1963 O aldeamento de Guarita, como os de Nonoai e Campo do Meio tiveram vida curta. (Becker, 2005).

A demarcação do território de Guarita ocorreu em 1918, situado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Tenente Portela, Miraguaí, Redentora e Eral Seco. Em cumprimento ao disposto da Constituição Federal de 1988, a área de Guarita foi homologada pelo Presidente da República em 1991 (FUNAI<sup>11</sup> apud Matte, 2005).

As terras da reserva indígena de Guarita, apresentando a mata característica da região, terra fértil e plana, constituíam-se em alvo da cobiça dos moradores regionais, que além de visar a exploração da madeira também buscavam realizar o arrendamento de terras para

---

<sup>11</sup> FUNAI, Administração Regional de Passo Fundo. Quadro resumo da situação fundiária das terras indígenas no RS. Passo Fundo: 1999.

fins agro-pastoris. O arrendamento das terras de Guarita foi ocorrendo progressivamente após o Serviço de Proteção ao Índio – SPI, haver assumido a administração da área, em 1941 (Simonian, 1980).

A partir de 1950, no contexto da modernização da agricultura nacional, o SPI administrava as maiores áreas indígenas do Rio Grande do Sul, entre as quais a reserva de Guarita. Adequava-se à política desenvolvimentista oficial, realizando o arrendamento das terras indígenas e a exploração da madeira. O arrendamento regularizado estimulava os granjeiros e agricultores sem-terra a plantar nas terras da reserva, especialmente as que eram próprias à mecanização. No auge do arrendamento, nas décadas de 1970-80, as terras arrendadas em Guarita chegavam a aproximadamente 80% da área agricultável (Zero Hora<sup>12</sup>apud Matte, 2005).

O arrendamento foi suspenso oficialmente em 1973 através do Estatuto do Índio, quando os arrendatários passaram à condição de posseiros. Entre 1978 e 1979 os posseiros que detinham pequenas e médias posses se retiraram das terras de Guarita, mas os grandes posseiros ali permaneceram (Simonian, 1980)

O SPI que havia encerrado as suas atividades mediante denúncias de corrupção e outras irregularidades, desgastado junto à opinião pública internacional, em 1967 havia sido substituído pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI. A FUNAI não mudou significativamente a política indigenista oficial, reforçou, isto sim, as suas metas desenvolvimentistas, pretendendo tornar as reservas indígenas rentáveis. A própria lei que criou a FUNAI – Lei nº 5.371/67 - propunha uma política de renda do patrimônio indígena, que seria administrado pela FUNAI, visando a emancipação econômica das comunidades indígenas, o crescimento do patrimônio rentável e o custeio dos serviços de assistência ao índio. A implementação desta política levou ao desenvolvimento de projetos econômicos nas reservas indígenas contrários aos interesses das comunidades indígenas. O arrendamento de terras continuava, oficializado e intensificado, mesmo com a vigência do Estatuto do Índio, Lei nº 6001 de 1973 que, ao mesmo tempo em que proibia a prática de arrendamento de terras, permitia, nas disposições transitórias que os contratos de

---

<sup>12</sup> ZERO HORA, Porto Alegre: 22.03.85

arrendamento em vigor fossem cumpridos<sup>13</sup>. A partir de 1973 novos contratos não deveriam ser firmados, mas os granjeiros e colonos da região acorriam às terras de Guarita. Além dos granjeiros e pequenos agricultores, também a FUNAI passava a implementar lavouras modernizadas e o denominado Departamento Geral do Patrimônio Indígena – o DGPI, promovia e coordenava esta atividade, produzindo trigo e soja, especialmente para o mercado externo. Também os indígenas deveriam transformar-se em empresários rurais, participando do progresso nacional, integrados como produtores de bens (TEDESCO e MARCON,1994).

A T. I. Guarita possui atualmente uma área de 23.406, 87ha, com cobertura de mata primária de 51,18%, mata secundária 20,52%, capoeira 18,17%, uso agrícola 8,59% e solo exposto 1,54% (GEOP/UNIJUI), tal área é usufruída de diferentes maneiras pela comunidade indígena.<sup>14</sup>

A comunidade de Guarita é a mais populosa de todas comunidades Kaingang. O seu contingente populacional é de 1150 famílias aproximadamente, o que resulta numa população de 7.000 pessoas (FUNAI, 2006), distribuídas em oito setores populacionais da seguinte maneira (Missão:190 famílias; Estiva: 121 famílias; São João do Irapuá: 184 famílias; Bananeiras: 87 famílias; Pau Escrito: 79 famílias; Km 10: 120 famílias; Três Soitas:127 famílias e Pedra Lisa: 124 famílias). Há também a presença de 30 famílias pertencentes ao grupo étnico Guarani, que praticam nomadismo constantemente.

Atualmente, a economia da comunidade está centrada na venda de artesanato, na produção agrícola de subsistência, sendo cultivados como produtos principais: milho, feijão, arroz, mandioca, batata doce, ainda insuficientes para o sustento das famílias. Estas produções dão-se em regime de agricultura familiar com algumas experiências esparsas, de lavouras de milho e soja para o mercado.

---

<sup>13</sup> Estatuto do Índio de 1973, em seu art. 62 e parágrafo 3º.

<sup>14</sup> Para maiores detalhes ver mapa ( anexo I)

## 4. METODOLOGIA

### 4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa social tem sido marcada fortemente por estudos que valorizam o emprego de métodos quantitativos para descrever e explicar fenômenos. Hoje, porém, podemos identificar outras formas de abordagem que se tem afirmado como promissora de possibilidade de investigação: trata-se da pesquisa identificada como “qualitativa”. Surgido inicialmente no selo da Antropologia e da sociologia, nos últimos anos esse tipo ganhou espaço nas diversas áreas. (NEVES,1996)<sup>15</sup>

Para Minayo (2002), a pesquisa é entendida como sendo uma atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

Conforme SALOMON(1971), “a escolha do assunto pode ser uma expressão de preferência pessoal, envolve problemas e fatores psicológicos e sociais de um lado e metodológico de outro”, para Triviños (1994), os estudos exploratórios podem servir para levantar possíveis problemas de pesquisa, encontrando elementos necessários para obter os resultados que deseja, tudo dentro de um esquema elaborado com a severidade e característica de um trabalho científico. Reforçando as colocações supracitadas, Gil (1999) pontua que as pesquisas exploratórias tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Os estudos descritivos, de acordo com Triviños (1994), têm por finalidade descrever uma determinada situação ou fenômeno, da maneira mais precisa possível.

---

<sup>15</sup> Mestrando do curso de Pos Graduação em Administração de Empresas

Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseados em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação do objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados. (NEVES,1996)

Em função do objeto de estudo, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa descritiva e exploratória, apresentando um questionário com questões semi-estruturadas. Conforme Minayo (2002), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com o nível da realidade, que não pode ser quantificado. Ela enfoca o significado das ações e das relações humanas. De acordo com a mesma autora, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço profundo das relações.

#### 4.2 LOCAL DO ESTUDO

O presente trabalho foi desenvolvido na terra indígena Guarita, já caracterizada anteriormente, por ser uma área com um alto contingente populacional (1.045 famílias). Nos delimitamos apenas ao setor Três Soitas, que foi um contemplado pelo Projeto em seus três eixos; manejo e conservação dos recursos naturais (MRN), geração de renda (GR) e infraestrutura social básica (IESB).

Este setor, que atualmente conta com 127 famílias, caracterizado pelo técnico do projeto como um dos mais organizados, possui ainda uma escola de ensino fundamental, um posto de saúde, sob a responsabilidade da FUNASA, que é responsável também pelo tratamento d'água (saneamento e proteção de vertentes). No setor também há presença de igrejas católicas e evangélicas. A comunidade também se organiza através de associações (professores, comunidade religiosa, times de futebol, grupos de famílias,etc.)

### 4.3 SUJEITOS DO ESTUDO

A população participante desta investigação compreendeu doze pessoas. As entrevistas foram realizadas (meses de outubro e novembro de 2006), aos diferentes atores envolvidos no projeto como ser: técnico do projeto, lideranças e membros da comunidade indígena beneficiados pelo programa.

A denominação dos sujeitos pesquisados deu-se por meio de nomes de frutos, na língua Kaingang, que são muito apreciados, além de se constituírem como base alimentar deste povo ao longo do tempo. A seguir temos os nomes em kaingang e suas respectivas traduções:

Kaingang	Tradução
<i>fág</i>	Pinhão
<i>gãr</i>	Milho
<i>pén´ó</i>	batata-doce
<i>pého</i>	Moranga
<i>ka nin</i>	Mandioca
<i>rãgró</i>	Feijão

### 4.4 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, inicialmente foi realizada uma reunião com o cacique e lideranças da T.I Guarita onde na ocasião foi feito pedido de permissão para realização da

pesquisa e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo II) também apresentado ao representante legal da FUNAI. Após este procedimento realizou-se as visitas aos participantes com o intuito de esclarecer os objetivos do estudo e solicitar sua colaboração.

Após a autorização, iniciou-se a coleta de dados através de entrevistas, segundo Lüdke e André (1986), “na entrevista se cria uma relação entre o pesquisador e o entrevistado, em que há e uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”, com aplicação de um questionário semi-estruturado (anexo III), que busca informações referentes aos três eixos do Programa RS-Rural, sendo que as informações foram anotadas em diário de campo para análises posteriores.

As entrevistas foram realizadas nas casas dos entrevistados, e também em ambiente de trabalho, individualmente sem interrupções de terceiros. Cuidou-se para que informações fossem transcritas na íntegra, mantendo-se a linguagem padrão, sendo selecionadas as categorias temáticas e os núcleos de sentido.

Para apresentar os resultados deste estudo, foi realizada uma leitura exaustiva dos dados coletados a partir das entrevistas, seguidas de organização com ordenação e classificação das informações em categorias, a partir da similaridade das informações contidas nos depoimentos dos entrevistados. Para análise dos dados coletados utilizou-se a técnica de recorte de conteúdo.

#### 4.5 PROPOSIÇÃO DE CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Com base nos três eixos que compõem o programar RS Rural Desenvolvimento Sustentável: MNR – Manejo de Recursos Naturais, GR – Geração de Renda e IESB – Infra-estrutura Social Básica (Uma descrição mais detalhada pode ser encontrada no Anexo - IV), e apoiando-nos na proposta de Montibeller-Filho (1997, pág.49), em que o autor propõe cinco dimensões para análise de desenvolvimento sustentável, foram formuladas condições de sustentabilidade construídas com base nessas dimensões.

Quadro 2 – As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável.

DIMENSÃO	OBJETIVOS
SUSTENTABILIDADE SOCIO-CULTURAL	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS
SUSTENTABILIDADE ECONOMICA	AUMENTO DA PRODUÇÃO E DA RIQUEZA SOCIAL SEM DEPENDENCIA EXTERNA
SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	MELHORIA DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS ENENRGÉTICOS E NATURAIS PARA AS PROXIMAS GERAÇÕES
SUSTENTABILIDADE ESPACIAL/GEOGRÁFICA	EVITAR EXCESSO DE AGLOMERAÇÕES
SUSTENTABILIDADE CULTURAL	EVITAR CONFLITOS CULTURAIS COM POTENCIAL REGRESSIVO

Fonte: adaptado de Montibeller- Filho

A construção de *condições desejáveis* visa promover uma adequação das atividades e ações do projeto para uma maior sustentabilidade. Sendo assim, foram propostas algumas condições específicas para cada um dos eixos que correspondem o projeto, tomando por base as linhas de ação do RS- rural.

***MNR - AÇÃO: Manejo de Recursos Naturais:***

- Satisfação quantitativa no setor;
- Capacidade de manutenção / conservação / manejo;
- Proteção de vertentes; Houve processo de conscientização (escolas, reuniões...);
- Reflorestamento; - Participação ativa, envolvimento no processo (familiar, grupal, mutirão);
- Capacitação / formação;
- Ervais; como foi feito instalação, condução e se já houve, quem faz o corte beneficiamento.



***GR – AÇÃO: Geração de Renda:***

- Origem (das espécies, variedades, raças, adaptabilidade, rusticidade);
- Condições básicas ou mínimas prévias à aquisição (exemplo: pastagem para vaca);
- Orientação e assistência técnica;
- Possibilidade de ser reproduzida (sementes, vegetais, animais);
- Investimento em recursos humanos locais para autogestão;
- Distribuição / escolha por vocação, interesse, vontade, afinidade, tradição, conhecimentos;
- Processo de conscientização para a necessidade de ações de conservação, reprodução, etc;
- Adequação com a organização social e para o trabalho.

***IESB - AÇÃO: Infra-estrutura Social Básica:***

- Construção de casas para famílias com distribuição geográfica espacial (concentração, aglomeração/ dispersão, desconcentração);
- Fontes de matéria-prima ( para reformar, ampliar e ou nova construção).

Posteriormente, estas condições desejáveis propostas para este trabalho serviram de orientadores para a geração de perguntas que constituíram a entrevista aplicada através do questionário semi-estruturado (anexo III).

## 5. RESULTADOS E DISCUSÕES

Após a realização da coleta de dados referente aos objetivos deste trabalho, apresentam-se e discutem-se as informações coletadas.

Com a investigação buscou-se analisar as ações do programa RS-Rural em seus três eixos, visando a sustentabilidade e autonomia, frente à percepção da comunidade. Inicialmente foi abordado o eixo ***Geração de Renda (GR)***, que entre outras executou as seguintes práticas: fruticultura, reflorestamento energético e vacas de leite.

Quando questionados sobre a aquisição das mudas obtivemos as seguintes respostas:

*“... as mudas chegam tarde, a gente planta bergamota em abril mais ou menos, mas as mudas eram dadas em setembro. Em setembro a planta já não vinga” (Rãgró).*

Percebe-se que há uma compreensão da comunidade, sobre épocas de plantio, principalmente em relação a frutas que são mais apreciadas pela mesma, mas devido ao processo burocrático isto acaba inviabilizando os interesses dos proponentes e beneficiados, como esclarece o técnico do projeto:

*“... toda a aquisição foi por licitação... às vezes o prazo de aquisição era extrapolado... o tempo que definiam as coisas e tempo de compra era defasado... tínhamos que refazer todos os valores.”(Técnico do projeto).*

Em relação à orientação e assistência técnica, para plantio e condução das frutíferas adquiridas, obtivemos as seguintes respostas:

*“Foi plantado bergamota, pêsego, guabirova, pitanga, a gente plantava por conta, onde achava melhor... algumas deram frutas a maioria não cresceu.”(Fãg)*

*“ a gente só ia lá pegava as mudas e plantava por conta” (Pén´ó)*

No que diz respeito à participação da escola (professores e alunos), fica claro nas respostas dos entrevistados, que esta não teve participação em nenhuma fase do processo, como evidenciam algumas palavras:

*“...a esse respeito a escola ficou de fora” (Gãr)*

*“Quando há reuniões a escola dispensa as aulas e sede o espaço... funciona como local de reunião” (Rãgró)*

*“Os alunos não tiveram nenhuma participação nas atividades do projeto” ”..(Ka nin).*

Isto nos mostra que houve mais urgência no processo de distribuição, que um processo de participação ativa da comunidade, e neste sentido a escola deveria ser considerada como um dos pontos principais, quando se pensa em longo prazo, já que é através da educação das crianças é que se pode pensar em adultos conscientes.

Neste sentido, se faz necessário que haja uma ação conjunta entre técnicos, comunidade e escola.

Quando o tema proposto foi reflorestamento energético, as respostas foram as seguintes:

*“... em relação ao plantio de eucaliptos o dinheiro vinha para pagar quem fez o plantio e manutenção... maioria não quer saber de ajudar a cuidar”..(Ka nin).*

*Eu queria participar, mas só alguns faziam o trabalho para ficar com o dinheiro...do que foi plantado não sobrou quase nada.... há algumas árvores que será feito o corte e vendido... (Gãr).*

As declarações evidenciam que o fato do projeto pagar para se fazer plantio e manejo, cria-se uma certa exclusão, gerando um descontentamento na comunidade, que acabou não se apropriando do que foi feito, entendendo o reflorestamento, ou o que restou dele, como algo privado, pertencendo à determinada família. Isto nos mostra que na distribuição de tarefas, materiais e insumos, faz-se necessário buscar a adequação na formação de grupos, tomando

em conta relações pré-existentes (famílias extensas, ou de interesse específico e necessidades comuns). Buscando sempre a inclusão dos que se encontram em situação mais desfavorável e de exclusão, buscando promover equidade e justiça.

Quando a questão abordada foi a aquisição de vacas fornecidas pelo programa, quando questionados sobre a distribuição, respostas foram as seguintes:

“ era dividido cinco vacas para cada trinta famílias” (*Fãg*)

“ as crias era pra dá às famílias que não ganharam e o leite era pra ser *dividido*” (*Fãg*)

Neste aspecto nota-se que as intenções do programa e da comunidade em contemplar aos poucos os que não foram beneficiados inicialmente eram corretas, mas que na prática encontrou sérias restrições, tanto técnicas quanto culturais, como nos mostram os seguintes depoimentos:

“ as vacas eram boas, acho que vinham de estrebarias, mas quando chegavam aqui iam direto pra sogá, e comiam o que tinha” ..(Ka nin).

“ *as vacas davam cinco litros de leite só dava para a família mesmo, que cuidava da vaca*” (*Pén'ó*)

Percebe-se que o manejo dado aos animais recebidos, continuou sendo o mesmo o que a comunidade esta acostumada a desempenhar no dia-a-dia, isto mostra que não houve condições básicas ou mínimas, prévias à aquisição, como orientação técnica de manejo, como por exemplo formação de pastagem para os animais. Acrescenta-se a isto a falta de assistência técnica, como esclarece o técnico do projeto:

“...a assistência técnica era o grande problema...no que se refere a parte dos animais não teve nenhuma...” (técnico do projeto)

E se confirma nas declarações dos indígenas:

*“...não, não teve nada de assistência...” ... (Gãr).*

*“aqui mesmo não veio ninguém pra orientar” (Rãgró)*

Isto acabou desencadeando uma série de complicações, já que estes animais vieram da região de Pelotas, não se adaptando muitas vezes ao novo ambiente, o que acabou comprometendo as intenções do projeto, e criando um certo desânimo na comunidade como é percebido nas seguintes falas:

*“Esses bichos não são acostumado com o pasto daqui... comem qualquer mato.. ficam com intestino preso, estufado... acabam morrendo...” (Fãg)*

*“ estas vacas não pegam cria...” ..(Ka nin).*

*“ A vaca era boa dava 7 litros de leite, mas adoeceu e caiu...acho que era inicio de amarelão... fui no veterinário da cidade, mas não teve jeito... ela acabou morrendo” (Pén’ó)*

*“ as vezes um vendia a vaca porque via outra morrer doente” (Fãg)*

Os elementos introduzidos, neste caso as vacas, devem ter uma origem adequada para as necessidades da cultura e exigências de manejo dentro do nível de conhecimentos (domínio de ação e autonomia), como também adaptabilidade ao ambiente e condições reais em que serão introduzidos e manejados.

Neste contexto, nota-se que um dos maiores problemas está relacionado à falta de assistência técnica, devido ao grande número de beneficiados e baixa quantidade de recursos humanos, como nos esclarece o técnico:

*“ não tinha como atender...faltava pessoal... se fôssemos duas vezes por mês em cada setor, como são oito setores, só aí já seriam 16 dias na área”* (técnico do projeto)

Isto deixa claro que se faz necessário que o projeto disponha de recursos humanos locais para autogestão, de forma que não sobrecarreguem os técnicos e fazendo com que a comunidade tenha uma referência local para seus anseios, reduzindo assim a dependência externa.

Após a abordagem o eixo ***Geração de Renda (GR)***, passamos a seguir para o segundo eixo; ***Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (MRN)***, que entre outras executou as seguintes práticas: Reflorestamento Heterogêneo com Nativas, Implantação de Ervais com Nativas, Proteção de vertentes.

Ao serem abordadas as ações desenvolvidas neste eixo, obtivemos as seguintes respostas dos entrevistados;

*...a idéia era proteção de fontes superficiais de água. O grupos definiam as fontes...(técnico do projeto)*

*“Enquanto o projeto queria a proteção, a FUNASA queria fazer a perfuração de poços artesianos e canalização da água”( técnico do projeto).*

Pode-se observar nas falas do técnico acima mencionadas, que houve uma dificuldade de interação entre as diferentes instituições que atuam na Terra Indígena, as quais através de projetos semelhantes ou com práticas idênticas confundem a comunidade.

Em relação às ações específicas adotadas pelo projeto, sobre distribuição mudas, organização, etc., obtivemos as seguintes falas:

*“ quando chegavam as mudas os líderes de cada grupo dividiam as mudas” ... (Gãr).*

*“...a erva mate foi dividido mudas por famílias ( técnico do projeto)*

*“os grupos eram formados por várias famílias, tinha grupos com até 43 famílias” ”..(Ka nin).*

Nota-se mais uma vez que este processo restringiu-se muito a distribuição de mudas por famílias, sem um trabalho de conscientização e orientações técnicas de plantio e manejo, bem como o acompanhamento, como nos mostram as falas a seguir;

*“ a gente pegava as mudas e plantava por conta” (Pén’ó)*

*“Quando a gente via as formiga já tinha cortado tudo” (Fãg)*

*“ eu não sei nada de botar veneno pra formiga” (Pén’ó)*

*“...nas reuniões se discutia, mas não há acompanhamento e nem fiscalização. ...” (Gãr).*

*“...a escola não teve participação só cedeu espaço pra reunião” (Fãg)*

Observa-se que o sucesso das ações às vezes é limitadas por coisas que parecem simples, como por exemplo controle de formigas, mas que no entanto podem comprometer todo o trabalho como exemplifica o técnico do projeto;

*“...a comunidade não está adaptada a plantar... do que foi plantado até 2002 não sobrou praticamente nada.”( técnico do projeto)*

Há outras situações que exigem atenção e encaminhamentos, como a conscientização para se evitar queimadas, por exemplo, que muitas vezes são realizadas por crianças como nos mostra a fala a seguir:

“...a piazada por brincadeira queima a capoeira...às vezes a gente consegue apagar...às vezes queima tudo...” (Pého)

Isto reforça mais uma vez, a necessidade de um processo de conscientização prévia, antes do projeto iniciar, através de uma participação ativa e inclusiva da comunidade visando envolvimento, através professores, pais, alunos, lideranças, etc., fazendo com que toda a comunidade se comprometa com o que esta sendo desenvolvido e tomando como seu, e não como uma “coisa do projeto” que é de outros.

Feito as abordagens dos dois primeiros eixos; ***Geração de Renda (GR) e Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (MRN)***, passamos a seguir ao terceiro eixo; ***Infra-estrutura Social Básica (IESB)***, que desenvolveu ações de reformas e construções de moradias.

Em relação a origem da matéria-prima destinadas as reformas e construções das casas obtivemos as seguintes respostas:

*“Até 2002 todos os materiais eram do RS Rural... a planta era discutida com a comunidade”*(técnico do projeto)

*“...eu não sei... acho que é do projeto”* (Gãr)

*“...vêm do projeto.”* (Pého)

Observa-se nestas falas que todo o material utilizado é de procedência externa, e que a comunidade possui uma vaga noção de sua origem. Em relação ao processo de organização e distribuição as respostas foram as seguintes:

*“A mão de obra era contrapartida da comunidade. O projeto disponibilizou um curso de carpintaria. Cada Setor indicava de duas a quatro pessoas para fazer o curso”*(técnico do projeto).



*“ os carpinteiros ganham R\$ 400,00 para construir a casa pelo projeto e o dono da casa paga mais R\$ 100,00 ” (Fãg)*

*“O dono da casa paga para quem vai construir” (Ka nin)*

Segundo a resposta do técnico, registra-se que houve uma preocupação por parte do projeto em se qualificar a mão de obra local, que é remunerada pelo projeto e cabe ao beneficiado arcar com uma parte do valor, o que nem sempre possui condições de fazê-lo.

No processo de decisões foram realizadas reuniões com grupos de famílias para definir critérios de prioridades. Segundo o técnico a decisão de quem ficava com as casas eram dos representantes de grupo, adotando os critérios de números de pessoas na família, condições da moradia, etc. O Estado comprava o material e secretaria de habitação entrava com a madeira, onde pregos, telhas e cumeeira eram comprados por licitação, e a madeira provinha da CEE (de um depósito ) era paga através de um convênio entre o Estado (secretaria de habitação) e a prefeitura. A planta e a localização eram definidas pelo Estado e prefeitura. Apesar do técnico possibilitar ajustes no processo de construção, o que ocorre, é que na prática, interferências internas e externas acabam comprometendo o desempenho do projeto.

*“ O capitão decide a quem ganha a casa ” (Rãgró)*

*“ a prefeitura forçou as construções perto da rodovia, no momento em que só seriam beneficiados com estradas, luz, saneamento, etc., as casas ali construídas ”. (técnico do projeto)*

*“ em algumas casas o material veio faltando, daí pegava uma e dividia para fazer as duas que tavam faltando ” (Gãr)*

*“Seria melhor se fosse discutido entre as próprias famílias” (Ka nin)*

Tais acontecimentos acabam provocando um processo de dependência da comunidade a decisões externas, bem como podendo gerar autoritarismo pelas lideranças locais, que

passam a ter um maior poder de decisão interna. O processo de aglomeração das casas acabam gerando conflitos como já se percebe em algumas falas:

“ *a maioria dessas mudas não pegaram porque os bichos soltos comem, quebram...*” (Rãgró)

“ *eu plantei uva, tava bem bonito o pé, mas o cavalo comeu deixou só o talo*” (Pén'ó)

“ *a gente toca os porco do mandiocal... depois ainda reclamam que a gente tá machucando os bicho*” (Fãg)

“eu cansei de fazer horta...a gente só se incomoda” (Rãgró)

Isto nos mostra que as atividades propostas devem procurar promover um uso e distribuição do espaço (ex. moradia das famílias) que utilize de maneira equilibrada e harmoniosa o seu território, evitando aglomerações que posteriormente podem provocar conflitos de interesses e descaracterização dos modos de vida ligados à natureza.

Relacionando os três eixos do projeto, percebe-se que determinadas ações de um eixo como *Infra-estrutura Social Básica* (IESB), podem influenciar de forma direta ou indiretamente os demais eixos; *Geração de Renda* (GR) e *Manejo e conservação dos Recursos Naturais* (MRN), e que desenvolver ações que tragam harmonia entre os eixos de ação é um grande desafio, principalmente quando se pretende com estas ações alcançar sustentabilidade e autonomia do povo Kaingang, que como já mencionamos, possui uma cultura complexa que passou por uma violenta transformação nas últimas décadas e que mesmo assim ainda se mantém rica e viva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do projeto RS Rural aplicado para promover sustentabilidade na Terra Indígena de Guarita nos orientou na necessidade de tomar em conta alguns aspectos como a importância de sensibilização e conscientização prévia, antes do projeto iniciar, sobre os problemas e limitações, como também das potencialidades existentes para o projeto. Seja através da aplicação de diagnósticos visuais e participativos, ou inclusive o uso de indicadores biológicos; mas também, através da valorização da memória histórica viva, incluindo especificidades sociais como os conflitos internos, o uso e distribuição da terra, as normas e códigos próprios, etc; para melhor compreender a realidade e priorizar as ações.

As percepções, presentes nas falas dos entrevistados, nos mostram a importância de promover ações de participação ativa e inclusiva da comunidade visando envolvimento, apropriação e autogestão dos processos como um todo. Aplicar mecanismos promovedores de reconhecimentos e afirmação de compromissos com os objetivos do projeto. Esta estratégia pode ser efetivada através da promoção de momentos e eventos de socialização e confraternização em que lideranças, instituições, beneficiários diretos, etc. se comprometam (junto à comunidade e responsáveis do projeto) nos objetivos e na sua execução.

Verifica-se também a necessidade de formação e capacitação para auto-gestão, bem como uma maior assistência técnica, com acompanhamento constante das atividades desenvolvidas. Tal assistência deverá buscar uma proposta alternativa e mais adequada com as condições da etnia Kaingang. Neste sentido Incluir e valorizar o conhecimento local acumulado e os saberes tradicionais existentes é de fundamental importância. Já, dentro da proposta de introdução de conhecimentos novos, priorizar princípios baseados em alternativas diferenciadas vinculadas às propostas da agricultura ecológica, agroecologia, economia solidária, etc. Buscando-se o diálogo e a complementaridade entre ambos saberes.

Considerando a cultura como um sistema de significados, a situação de estímulo, assistência técnica e subsídios à manutenção dos recursos naturais, geração de renda e apoio à infra-estrutura social básica, produziu rearranjos no sistema de significados da comunidade foco do Programa, de modo a produzir mudanças em suas concepções, valores, crenças. Estas mudanças simbólicas serão expressadas por novas formas de produção, de organização, de comportamentos, atitudes na convivência cotidiana dos membros da comunidade, nas suas relações com os outros e nos seus projetos de vida pessoal e coletiva.

Projetos de sustentabilidade precisam continuar acontecendo, porém tendo uma visão mais integral do processo de aceitação e adaptabilidade do mesmo de acordo com o grupo ou comunidade a ser beneficiada. Toda atividade, além dos objetivos específicos e materiais, deve provocar ou estimular valores humanos para dentro da cultura e suas relações com os outros (dignidade, respeito à especificidade espiritual, saúde, solidariedade, reciprocidade, compromisso, etc.) Buscando que os próprios beneficiários dêem seguimento ao que foi projetado, para que não se crie uma dependência ou um paternalismo, mas para que haja uma autogestão em que a comunidade possa partir dessa ajuda e caminhar com suas “próprias pernas”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS,C.C. **FUNAI, problemas e possíveis soluções.** Brasília:Gráfica Relevo Serviços.2003.53p.

BARTH, F. **Los grupos étnicos e sus fronteras. La organización social e sus diferencias culturales.**México: fondo de cultura econômica,1976. 226p.

BECKER, I.B.**O índio Kaingang no Rio grande do Sul perspectivas.** Porto Alegre:Governo do Estado do Rio Grande Do Sul. 1975.197p.

BORBA, T. **Actualidades indígenas.** Curitiba: Impressora Paranaense, 1908.

BRANDENBURG, A. Agricultura e desenvolvimento sustentável. In: \_\_\_\_\_.(Ed) **O agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas.** São Paulo: SOBER, 1998.

BUARQUE, C. O pensamento em um mundo terceiro mundo. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo:Brasiliense, 1993.

CEPAL/PNUMA. **Ecosistemas: conceptos fundamentales. Comercio Exterior,**1990.

CMMAD (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso futuro em comum.** Rio de Janeiro:FGV, 1991.

FUNAI, Administração Regional de Passo Fundo. **Quadro resumo da situação fundiária das terras indígenas no RS.** Passo Fundo.1999.

GERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro:Guanabara, 1989. 220p.

HABERMAS, J.**teoria da la acción comunicativa: crítica da la razón funcionalista.** Madrid: tauros,1988. Tomo II.

KITAMURA, P. C. **Agricultura e desenvolvimento sustentável: uma agenda para discussão.**São Paulo: Colombo,1994, 206 p.

LIMA, A.C.S.; HOFFMANN, M.R. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas.** Rio de Janeiro:Contra Capa Livraria, 2002.

MAI, J. **Projetos integrados para públicos especiais ano base 2002.**SAA-RS/FIDENE-IRDeR. 2002.

MATTE, D. C. **Etnicidade entre os Universitários Kaingang na UNIJUÍ.** Ijuí, UNIJUÍ, dissertação de Mestrado, 2001.

\_\_\_\_\_. Um estudo sobre as dinâmicas simbólicas, sociais, econômicas, políticas e identitárias entre os Kaingang de Guarita – RS. Subsídios para o Programa de implantação de florestas em regime de exploração sustentada com ações de segurança alimentar, infraestrutura de produção e social básica na área indígena de Guarita – Tenente Portela e Redentora – RS – Programa RS Rural Públicos Especiais Povos Indígenas, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade.** 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTIBELLER-FILHO, G.**O mito do desenvolvimento sustentável.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.306 p.

NIMUENDAJÚ, K. **Textos indigenistas.** São Paulo: Loyola, 1982.

PORTER,G.; BROWN, J.W. **Global environmental politics.** Colorado (USA): Westview Press, 1991.207p.

ROSA, R. R. G. **A temporalidade Kaingang na espiritualidade do combate.** Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPGAS, dissertação de mestrado, 1998.

SALOMON, D. J. **Como fazer uma monografia:** elementos de metodologia do trabalho científico. Belo Horizonte, MG: Instituto de psicologia da Universidade Católica, 1971.

SIMONIAN, L.T.L. **Visualização: Estado expropria e domina povo Guarani e Kaingang**. Ijuí: FIDENE/MADP, 1980.

SOUZA, C. **Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do Orçamento Participativo**. São paulo; Perspectivas. 2001.

TEDESCO, J.C.; MARCON, T. As transformações na agricultura e as terras indígenas. In: **História e cultura Kaingáng no sul do Brasil**. Passo Fundo, Gráfica e Editora Universidade de Passo Fundo, 1994

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas, 1994.

VEIGA, J. **Organização social e cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma sociedade Jê meridional**. Campinas: IFCH/UNICAMP, dissertação de mestrado, 1994.

\_\_\_\_\_. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. Campinas: IFCH/UNICAMP, tese de doutorado, 2000.

VIANA, G. (org) **O desafio da Sustentabilidade; um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001. 364p.

## ANEXOS



## ANEXO – IV

### PRÁTICAS E ITENS PROJETOS 2001

AÇÃO	PRÁTICA	UNID	ESTIVA	MISSÃO	IRAPUÁ	BANANEIRA	PAU ESCRITO	GUARITA/ KM 10	TRÊS SOITAS	PEDRA LISA	TOTAL
MRN	Correção química do solo e adubação verde	HA	22,75	20	40	10,8	5	-	<b>18,6</b>	14,6	<b>131,75</b>
MRN	Estradas	KM	-	6,5	-	-	3,26	-	-	-	<b>9,76</b>
MRN	Proteção de vertentes	UN	-	9	-	10	3	9	<b>10</b>	10	<b>51</b>
MRN	Reflorestamento heterogêneo com nativas	HA	2	9,1	10,6	5,5	6	6	<b>10</b>	6	<b>55,2</b>
GR	Açudes	UN	2	3	7	4	1	-	-	-	<b>17</b>
GR	Arado pula toco, tamanho médio, pá 11"	UN	4	15	4	-	7	8	<b>4</b>	11	<b>53</b>
GR	Avicultura semi-extensiva	UN	-	-	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
GR	Canga completa	UN	4	15	8	-	7	10	-	11	<b>53</b>
GR	Carroça completa, capacidade 60@	UN	2	4	4	-	2	2	<b>5</b>	5	<b>24</b>
GR	Correntão de 6mx90mm	UN	1	4	4	4	-	3	-	-	<b>16</b>
GR	Galpão (paiol)	UN	1	1	-	1	1	-	<b>1</b>	1	<b>6</b>
GR	Grade de madeira triangular 1,5x1,5m,	UN	-	4	-	-	1	-	<b>1</b>	-	<b>6</b>
GR	Junta de bois azebuada de 600	JUN	4	15	8	-	5	10	<b>7</b>	11	<b>58</b>
GR	Plantadeira PD tração animal	UN						1			<b>1</b>
GR	Rolo faca, tração animal	UN	-	1	1	-	-	1	-	1	<b>4</b>
GR	Suinocultura semi-extensiva	UN	-	-	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
GR	Vaca de leite, raça Jersey, 2 anos	CB	4	14	8	5	3	10	<b>12</b>	11	<b>67</b>
IESB	Rede - eletrificação rural	UN	1	-	-	-	-	-	-	-	<b>1</b>
IESB	Reforma de moradias	UN	-	47	41	29	29	10	<b>26</b>	20	<b>202</b>

Fonte: MAI, 2002

## PRÁTICAS E ITENS PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2002

AÇÃO	PRÁTICA	UNID	ESTIVA	MISSÃO	IRAPUÁ	BANANEIRA	PAU ESCRITO	KM 10	TRÊS SOITAS	PEDRA LISA
MRN	Adubação verde – tração animal	KM		62	38	46	38	12	40	46
MRN	Análise do solo	UM		12	7	4	7	2	8	6
MRN	Implantação de ervais com nativas	HÁ		6	2	2	1	2	2	2
MRN	Microaçudes (até 20h s máquina – esteira/retroscavadeira)	HS		-	-	-	-	20	60	100
MRN	Recuperação de áreas degradadas	HÁ		62	38	46	38	12	40	39
GR	Apicultura (caixas, equipamentos e enxames)	UM		-	-	15	-	-	22	33
GR	Arado pula toco, tamanho médio, pá 11"	UN		11	9	7	8	6	7	-
GR	Avicultura semi-extensiva	UM		1	1	1	1	2	-	-
GR	Classificador de cereais	UN		1	-	-	-	-	-	-
GR	Canga completa	UN		11	9	7	8	6	7	-
GR	Carroça completa, capacidade 60@	UN		2	5	5	9	6	8	9
GR	Carroça p/ cavalo completa	UN		-	2	-	-	-	-	-
GR	Cavalos	UN		-	6	4	-	-	-	-
GR	Correntão de 6mx90mm	UN		-	-	-	-	-	-	-
GR	Engenho de cana c/ tacho e pá	UN		1	1	1		-	-	-
GR	Espalhador de calcário	UN		-	-	-	1	-	-	-
GR	Fruticultura	UN		1680	3300	819	830	1560	1216	110
GR	Horticultura (insumos e equipamentos)	UN		1	-	-	-	-	-	1
GR	Galpão (paiol)	UN		1	1	-	-	3	3	11
GR	Grade de madeira triangular 1,5x1,5m,	UN		-	2	-	-	1	-	-
GR	Grade gobe	UN		1	-	-	-	-	-	-
GR	Junta de bois azebuada de 800 kg	JUN		11	9	8	8	6	7	2
GR	Máquinas e equipamentos agrícolas motorizados	UN		4	-	-	-	2	-	-
GR	Motor diesel 13 cv	UN		-	2	-	-	-	-	-
GR	Padaria (forno para pão)	UN		3	-	-	-	-	-	-
GR	Pastoreio rotativo	HÁ		10	6	3	-	-	-	5
GR	Plantadeira PD tração animal	UN		2	3	3	2	1	4	3
GR	Reflorestamento energético	HA		1	-	1	-	-	2	-
GR	Suinocultura semi-extensiva	UN		3	1	-	-	5	5	3
GR	Tecelagem (máquina de costura)	UN		4	-	3	-	-	-	-
GR	Touro jersey	CB		-	1	-	-	-	-	-
GR	Trilhadeira c/ alimentador e motor/ Batededor	UN		1	1	-	-	-	-	-
GR	Triturador de milho	UN		1	1	-	-	-	-	-
GR	Vaca de leite, raça Jersey, 2 anos	CB		-	11	5	4	2	6	-

Fonte; MAI 2002

**ANEXO - II**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

PESQUISADOR: JOSÉ URUBATAN SOMPRÉ  
ORIENTADOR: JAIME WÜNSCH  
CO-ORIENTADOR: JOSÉ M. P. BALLIVIÁN.

Prezados:  
Senhor Cacique da Terra indígena Guarita – RS.  
Capitão do Setor Três Soitas  
Representante Legal da Funai

Venho a sua presença fazer a exposição de motivos e solicitar sua colaboração para participar de uma pesquisa intitulada “POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE: PROJETO RS RURAL NA TERRA INDIGENA GUARITA – SETOR TRÊS SOITAS” .

Para realização deste estudo serão utilizados entrevistas, as quais posteriormente serão transcritas e analisadas dentro dos objetivos deste trabalho. A utilização das informações levantadas servirão somente para fins acadêmicos, respeitando e assegurando o anonimato dos informantes, assim como o sigilo absoluto das informações utilizadas. O trabalho tem finalidade acadêmica e destina-se a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso do pesquisador para a obtenção do título de Engenheiro Agrônomo. Curso de Agronomia - Departamento de Estudos Agrários da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O entrevistado terá total liberdade de não responder, se assim o quiser, a qualquer das perguntas contidas no questionário. Para isto lhe será lido este documento antes do início da entrevista.

Junto com este ofício enviamos do questionário que será aplicado nas entrevistas

.....  
José Urubatan Sompré – Pesquisador

.....  
Cacique da Terra Indígena Guarita

.....  
Capitão do setor Três Soitas

.....  
Representante Legal da Funai

## ANEXO - III

### QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

#### **Infra Estrutura Social Básica (IESB)**

- Nas construções foi utilizada a mão-de-obra da comunidade? Remunerada?
- Quem construiu a casa? Qual foi a contraparte do beneficiário?
- A distribuição espacial das casas permite praticar agricultura, horta, criação?
- O morador possui condições de reformar, ampliar e ou construir uma nova casa?
- Quais as fontes de matérias-prima? (origem, distância, custo)

#### **Geração de renda (GR)**

- Os animais recebidos são de fácil manejo?
- Como foi a distribuição destes animais?
- Vocês já trabalhavam com estes animais?
- Houve condições mínimas para receber estes animais?
- Houve assistência técnica? Com que frequência?
- (fruticultura) como foi feito a distribuição das mudas? Foi dado orientações de como plantar e conduzir? Como está o manejo atual?
- Foi feito uma ação conjunta com a escola (professores e alunos)?

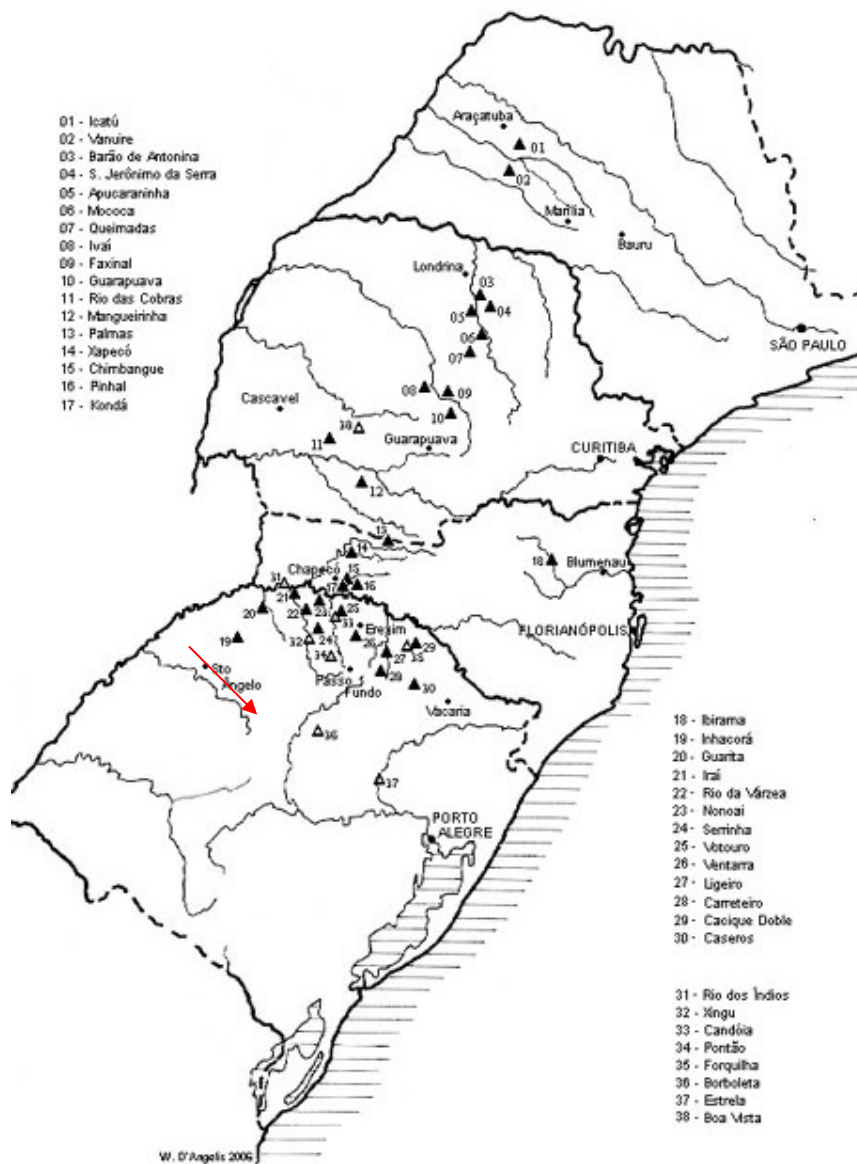
#### **Manejo dos recursos naturais (MRN)**

- Houve trabalho de conscientização da comunidade (escolas, igrejas,...)
- Houve uma capacitação/treinamento para o plantio, condução?
- Quem plantou as mudas?
- Como esta sendo feito o manejo atual?

## ANEXO - I

### MAPAS DE LOCALIZAÇÃO

# ÁREAS KAINGANG





This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.